

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESAFIOS DE UMA CUIDADORA ESCOLAR JUNTO A UMA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE REDENÇÃO - CE

Francisca Rosilene Benevides Silva Pereira

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo Analisar as Práticas Pedagógicas e Desafios de uma cuidadora junto a uma criança com Síndrome de Down em contexto educacional de Redenção - Ce. Pesquisa de cunho qualitativa e exploratória. A partir desse estudo podemos afirmar que, por meio da convivência com essa criança com Síndrome de Down no contexto escolar, foi possível compreender um pouco de suas emoções e interesse pela escola. Assim, mesmo frente a dificuldades é possível desenvolver práticas pedagógicas de modo a promover a inclusão e o desenvolvimento da mesma.

Palavras-chave: Cuidador escolar, Síndrome de Down, Inclusão.

ABSTRACT

This study aims to analyze the pedagogical practices and challenges of a caregiver with a child with Down syndrome in the educational context of Redenção - Ce. This is a qualitative and exploratory study. From this study, we can affirm that, through the coexistence with this child with Down syndrome in the school context, it was possible to understand a little about his emotions and interest in school. Thus, even in the face of difficulties, it is possible to develop pedagogical practices in order to promote inclusion and development.

Keywords: School caregiver, Down syndrome, Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo tem por título: Práticas pedagógicas e desafios de uma cuidadora escolar junto a uma criança com Síndrome de Down no contexto educacional de Redenção - Ce. O objetivo do presente trabalho é analisar as práticas pedagógicas e desafios vividos, enquanto cuidadora no acompanhamento de uma criança com Síndrome de Down (SD) em contexto educacional, ao longo da atuação em uma escola pública do Gurguri, em Redenção, na área serrana do Maciço de Baturité (Ce).

Minha motivação para realizar esta pesquisa se deve pelo fato de perceber que não havia de forma alguma interação da professora regente da sala de aula com a respectiva criança. Assim, esta pesquisa partiu das minhas vivências como cuidadora escolar ao longo de três anos consecutivos junto a uma criança com os seguintes diagnósticos: CID-10 Q90 (Síndrome de Down (SD) ou Trissomia do 21) “a trissomia do 21 é uma condição genética, definida por um cromossomo 21 a mais nas células do corpo” (Duarte, 2022, p. 28) e CID-10 F 71 (Deficiência Intelectual (DI)), “caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, expressas em habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas” (Ke e Liu, 2015, p.2) sendo esses fatores determinantes para as práticas pedagógicas e de cuidado a serem investigadas.

Ao que se refere a citada Síndrome, sabe-se que a “[...] Síndrome de Down (S.D) faz parte do grupo das deficiências intelectuais. Esta Síndrome foi descrita pelo Dr. Jhoh Langdon Down em 1866 na Inglaterra” (Sant’ Ana Santos, 2020,p.19).

A experiência vivenciada ao longo desses três anos ininterruptos serviu para compreender na prática, o montante de possibilidades incríveis que há para explorar e instigar o desenvolvimento social, cognitivo e emocional das crianças com Síndrome de Down.

Basta compreender que cada criança possui seu jeito especial de aprender, independentemente de serem atípicas ou não, cada criança possui suas singularidades e não necessariamente precisam ser rotuladas pela a CID (Classificação Internacional de Doenças) que carregam, pois apenas são partes de si, mas não os definem.

O estigma que foi imposto pela sociedade preconceituosa, tem sido um dos maiores obstáculos no processo de inclusão dessas crianças, tanto no meio social quanto escolar, estigmas estes que atingem não só a criança, mas também sua família, impactando tanto no contexto social quanto laboral, pois a falta de informações e a aceitação por parte das famílias muitas vezes acabam implicando de forma negativa na vida desses sujeitos.

Importante explicar que a via de acesso para atuar na função de cuidadora escolar se deu mediante inscrição e aprovação no processo seletivo do Edital nº 001\2022, referente ao

estágio não curricular remunerado na Secretaria Municipal de Educação de Redenção, Ceará.

2 JUSTIFICATIVA

A aproximação com essa temática se deu mediante as minhas práticas pedagógicas, desafios e enquanto cuidadora escolar no acompanhamento de uma criança com Síndrome de Down (SD) em contexto educacional, de modo a evidenciar exclusão vivida para com este educando. Sobre o conceito de Prática Pedagógica, é: “Quando se fala em prática pedagógica, refere-se a algo além da prática didática, envolvendo: as circunstâncias da formação, os espaços-tempos escolares, as opções da organização do trabalho docente, as parcerias e expectativas do docente.” (Franco, p. 536)

Em relação a inclusão de alunos com Pessoa com Deficiência (PcD) na educação do Ceará afirma-se que:

De acordo com dados coletados junto a Sinopse Estatística da Educação Básica, divulgada pelo Inep, constata-se um aumento de 111% no número de matrículas de alunos com necessidades especiais entre 2012 e 2020 no estado do Ceará, passando de 31.626, para 66.741 matrículas. Dessa forma, a taxa de participação das matrículas em educação especial em relação ao total de matrículas na educação básica, subiu de 1,33%, para 3,13%, no período analisado. (Ipece, 2022, p. 3)

Já referente ao município de Redenção, onde está situado o local da pesquisa, de acordo com a pesquisa realizada por Gleiciane Liberato, o quantitativo de estudantes PcD do referido município até a data da pesquisa apresenta-se da seguinte forma:

O número maior de alunos com deficiência inseridos nas escolas de ensino fundamental regulares no município de redenção é de deficiência intelectual, com um número de 40 alunos, na sequência tem as outras deficiências (Síndrome de Down, Hiperatividade, Autismo) com o total de 26 alunos, as deficiências que ainda estão em fase de avaliação, ou seja, são alunos que têm deficiência, mas que ainda não tem laudo médico, nesse caso são 06 alunos, com deficiência física são 05 alunos, com menor número matriculado tem os alunos com baixa visão apenas 03 alunos, seguido da deficiência auditiva com 01 aluno. (Silva, 2017, p.37)

Ainda referente aos/as alunos/as com deficiência de Redenção inseridos nas escolas de ensino fundamental, de acordo com dados obtidos na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Redenção (Ce) através do Censo Escolar, tendo como data base 2024, conta-se:

04 alunos com baixa visão, 02 alunos com deficiência auditiva, 06 alunos com deficiência física, 66 alunos com deficiência intelectual, sendo que os com síndrome de Down não aparecem na contagem diretamente, e segundo fui informada pela pessoa responsável pelo departamento do censo escolar, os alunos com trissomia 21 estão entre os com deficiência intelectual, não sabendo por tanto informar o

quantitativo desse referido público, sabendo ao menos que existe 01, que é o que está incluso nesta pesquisa, 20 alunos com deficiências múltipla e 249 alunos com autismos, somando um total de 347 alunos com deficiência na rede municipal referida mais 38 alunos que apresentam alguma deficiência mais que não possuem laudos. (SME/Redenção, 2024)

Voltando para a questão que envolveu pesquisar sobre essa temática, era recorrente a frase: “Ele não faz”. Afirmativa que até hoje ecoa no interior da minha mente causando um grande desconforto e uma ânsia constante de contribuir com o desenvolvimento pessoal e escolar desse educando. Assim, incansavelmente, procurei desenvolver práticas pedagógicas com o intuito de romper os paradigmas que envolvem as pessoas com Síndrome de Down, assim como as com outras deficiências.

É muito recorrente e inadequado rotular a criança com deficiência, onde ela passa a ser vista apenas pelo que consta em seu laudo clínico, perdendo, portanto, sua identidade e aparecendo sempre como intermediário da sua condição, ganhando como herança o descrédito e o preconceito.

Nesse contexto, o cuidador educacional vem ocupando um papel fundamental nesse processo de inclusão da criança com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e/ou Pessoa com Deficiência (PcD). para atuar como cuidadora participei de um edital nº 001\2022, processo seletivo simplificado para estágio remunerado da Secretaria Municipal de Redenção-Educação Inclusiva.

Além disso, essa pesquisa se justifica pela escassez de estudos que abordam a perspectiva de cuidadores/as como mediadores e protagonistas na promoção do desenvolvimento da criança com deficiência voltado ao sucesso escolar.

Portanto, a justificativa para este estudo está alicerçada nas minhas experiências como cuidadora e na necessidade de ampliar o entendimento sobre as práticas inclusivas aplicadas ao contexto escolar, buscando desenvolver práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento escolar e emocional de crianças com Síndrome de Down (SD) ou Trissomia do 21.

2 METODOLOGIA

Para realizar essa pesquisa adotamos uma metodologia qualitativa, que segundo Losch, Rambo e Ferreira (2023, p. 3), “é um tipo de investigação que procura compreender fenômenos sociais, culturais e educacionais por meio da análise de dados subjetivos, tais

como entrevistas, observações, relatórios de vida, entre outros”. A escolha pela metodologia qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender, as práticas pedagógicas adotadas, os desafios enfrentados no cotidiano da sala de aula e os impactos dessa atuação no desenvolvimento da criança. A pesquisa foca nas perspectivas subjetivas e nas vivências da cuidadora, bem como nos efeitos dessas práticas sobre o processo de aprendizagem da criança.

A coleta de dados foi realizada por meio de relatos de experiência da cuidadora, baseados em observações, anotações diárias no diário de campo e registros feitos ao longo de três anos de atuação na função.

Para garantir uma análise crítica e detalhada, as experiências foram sistematizadas de acordo com as datas e os eventos descritos, com interações em sala de aula, o uso de recursos pedagógicos adaptados e a implementação de atividades diferenciadas, além disso, foram considerados os aspectos emocionais e comportamentais da criança, observados nas interações com a cuidadora e os colegas, bem como as adaptações realizadas para atender às suas necessidades individuais.

A pesquisa tem caráter exploratório, de acordo com Losch, Rambo e Ferreira (2023, p. 3) a pesquisa exploratória “tem o objetivo de conhecer o fenômeno estudado tal como ele se apresenta ou estabelece no contexto em que está inserido”, com o objetivo de identificar os desafios e as práticas pedagógicas inclusivas voltadas para o desenvolvimento da aprendizagem de uma criança com Síndrome de Down (SD).

A análise dos dados foi realizada a partir de uma abordagem interpretativa, buscando compreender as experiências relatadas e suas implicações para a promoção de um ambiente de aprendizagem inclusivo, onde no ensejo foi possível perceber que não há muitos trabalhos voltados para essa temática, visto à dificuldade encontrada para encontrar aqueles que melhor dialogasse trazendo também a perspectiva do (a) cuidador(a).

Esses registros serviram para colaborar ou complementar as observações feitas pela cuidadora, oferecendo uma visão mais ampla sobre o impacto das práticas pedagógicas na criança, a análise de dados possibilitará uma compreensão mais robusta dos fatores que influenciam o desenvolvimento da criança no ambiente escolar.

O anonimato da criança e da família seria igualmente assegurado, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, no entanto, tanto a família, quanto o núcleo gestor da escola em que a criança estuda, dispôs de inteira autonomia para utilizar as imagens da criança, a devida autorização está expressa em uma declaração devidamente assinada pelos responsáveis cabíveis, cujo a mesma estará disponibilizada no

anexo do presente trabalho.

Logo abaixo será apresentado o referencial teórico deste texto.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Souza et al (2024), a legislação sobre a educação inclusiva no Brasil, estão embasados de acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, que estabelece a educação como um direito de todos, assim como pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394/1986, que inclui diretrizes voltadas para a educação especial.

Assim como a Lei Brasileira da Inclusão (2015) que também estabelece o direito à educação, ao cuidado especializado, à integração social, tudo isso no sentido de nortear e promover o acesso escolar inclusivo. Nesse sentido, “a educação especial e inclusiva representa um paradigma educacional orientado para a inclusão de todos os/as alunos/as, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.” (Souza et al., 2024, p.10).

Na prática, educação especial inclusiva consiste em toda e qualquer alteração feita, para facilitar o acesso, que vai desde as adaptações de materiais pedagógicos, quanto na elaboração da nossa fala, ou no processo de “integração” de modo que facilite a compreensão e a inclusão da criança na ambiência escolar.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) sobre a Síndrome de Down, é importante entender que:

Não é uma doença, mas uma condição genética que surge na presença de três cromossomos 21 em todas ou na maioria das células de uma pessoa. A alteração acontece na concepção do bebê, fazendo com que ele nasça com 47 cromossomos presentes no núcleo das suas células, ao invés de 46. Os indivíduos com Síndrome de Down, ou trissomia do 21, como também é conhecida, apresentam características físicas semelhantes, como rosto arredondado, olhos amendoados, deficiência intelectual que varia de pessoa para pessoa e cardiopatia congênita. (TJDFT, 2022)

As crianças que nascem com Síndrome de Down apresentam várias características que geralmente são comuns entre si, porém cada uma delas carrega suas próprias características, havendo apenas uma que predomina praticamente em todas as pessoas com Síndrome de Down, a deficiência intelectual, deficiência esta que é a responsável por causar atrasos no desenvolvimento cognitivo e intelectual das crianças.

Entre as características físicas mais comuns, segundo Silva et al. (2019, p.8), destacam-se “boca pequena com a língua grande e pesada, orelhas mais baixas que o

normal, olhos inclinados, puxados para cima, nariz achatado e pequeno, membros curtos, baixa estatura, baixo tônus muscular, retardo mental leve ou moderado e atraso no desenvolvimento motor”.

Ao que se refere ao cuidador escolar, se faz de suma importância que sua atuação esteja alinhada com a família, com a escola e com as próprias especificidades do/a aluno/a, esse profissional de apoio garante ou pelo menos tem o dever de promover a inclusão, a adaptação das atividades educativas e também emocionais da criança. Porém, de acordo com Lopes e Mendes (2023):

Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI – Brasil, 2015) previu a disposição obrigatória de “profissionais de apoio escolar”, mantendo sua função de suporte em atividades de cuidados básicos, ressaltando que esses profissionais deveriam atuar em todas as atividades escolares que fossem necessárias, sem exercer atividades de profissionais legalmente estabelecidos. (Lopes e Mendes, 2023, p. 5)

Lembrando que não são as limitações físicas que barram o desempenho do/a aluno/a, mas sim, a prática do Capacitismo que conforme o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Santa-(IFSC) “é o preconceito contra as pessoas com deficiência, em que se julga que elas não são capazes ou são inferiores. Por pessoas com deficiência entende-se aquelas com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.” (IFSC, 2024). De modo que muitas vezes vem a ser acatado, por não se ter o devido acesso à informação, ou mesmo pelo comodismo, de não querer ajudar a erguer essa bandeira de luta, a “inclusão”.

A seguir será apresentado uma breve contextualização da atuação das vivências de uma cuidadora escolar.

4 DAS VIVÊNCIAS DA CUIDADORA ESCOLAR

A inserção na função de cuidadora deu-se a partir da seleção no edital nº 001\2022, processo seletivo simplificado para estágio remunerado da secretaria municipal de educação de Redenção-Educação Inclusiva; E através das orientações estabelecidas, nas diretrizes para atuação ficou previsto que os/as estagiários/as deveriam cuidar da criança, de modo a garantir a integridade física e emocional, além de garantir a inclusão, a interação, e o cumprimento de seus direitos cabíveis, como garantir que haja ao menos minimamente atendimento necessário para o desenvolvimento da aprendizagem independente da especificidade.

Ainda sob as devidas orientações da Secretaria Municipal da Educação de Redenção,

através das diretrizes para a atuação dos estagiários da educação inclusiva, ficou estabelecido:

Cumprir a carga horária de 20h semanais na escola. No entanto, em caso de falta da criança\adolescente acompanhado(a), cabe ao coordenador pedagógico e\ ou professor apresentar sugestões de atividades a ser realizadas pelo referido bolsista durante o período de ausência da criança, desde que em conformidade com as atribuições previstas no edital e nas diretrizes. Essas atividades devem estar obrigatoriamente relacionadas ao contexto de atuação do bolsista, ou seja, à Educação Inclusiva.

E neste sentido, tais atividades sempre sugeridas pela coordenadora pedagógica nunca contemplaram a Educação Inclusiva, pois sempre que a criança faltava à escola, geralmente às quarta-feiras, dia em que ia para o atendimento no NAPE (Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Educacional), nós cuidadore/as cumpriamos nossa carga horária dando reforço escolar para as crianças que necessitavam do citado atendimento, ou prestando outros serviços internos conforme a necessidade da escola..

Com relação à criança acompanhada pelo/a cuidador/a, por muitas vezes e de diversas formas esse/a não tinha seus direitos respeitados, a começar pelo fato do atendimento no NAPE ser em seu turno de aula. De modo que esse aluno deixava de participar das aulas de História e Geografia, que ocorriam no dia em questão.

Todavia, quando esse aluno deixava de ir ao atendimento do NAPE, ou seja, ficava em sala de aula, a docente argumentava que não sabia adequar sua rotina de aula de forma a contemplá-lo, pois não tinha planejado nada para a criança, devido não ter sido informada com antecedência que o mesmo estaria presente em sala.

Além de ora ser tratado com ares de capacitismo, outra ora simplesmente ser invisibilizado, prova disso, é que quando havia atividades que necessitavam dispor de maiores habilidades, esse aluno era posto para fazer outra atividade que em nada se alinhava com o proposto para a turma da sala de aula. Assim como nas apresentações geral da escola, por muitas vezes, verbalizam que não cabia a criança aqui mencionada participar, e sempre, enquanto cuidadora, estive empenhada em inseri-lo em tudo que se promovia na escola, mesmo por muitas vezes sentir que estava incomodando a parte organizadora dos eventos da escola.

E com base no exposto, tenho a dizer que minha atuação enquanto cuidadora se baseou em inserir, não somente integrar a criança, mais incluí-lo, e cobrar respeito, alinhar o meu modo de atuar, conforme sua necessidade, usando dos recursos multimeios, para buscar conhecimento, procurando sempre melhor atender a criança. Assim, é preciso entender que:

A educação inclusiva pode ser entendida como o conjunto de processos político-pedagógicos que asseguram o direito à aprendizagem de todos, mediante o comprometimento da comunidade escolar. Essa concepção pressupõe um modelo educacional que atenda as diversidades intelectuais, físicas, sensoriais, raciais, sociais e de gênero, entre outras. Nesse sentido, implica a transformação das escolas que ainda seguem métodos de ensino padronizados.

(<https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/>)

Atualmente a criança age de forma autônoma na maioria das atividades físicas e vivências sociais escolares, precisando ainda de muito suporte na questão acadêmica, devido sua deficiência intelectual. No entanto, apresenta muita disciplina e responsabilidade, e estar atento ao que se desenvolve em sua volta, e se coloca, nas atividades vivenciadas por seus colegas, onde a cada dia vem sendo elogiado pela comunidade escolar, pela desenvoltura e melhora gradativa comportamental, que antes era taxado de “ muito danado”, “ não faz nada”, “não aprende” enfim.

E durante a trajetória de cuidadora, que se deu desde março de 2022 à dezembro de 2024, ininterruptamente com a mesma criança, e me surgiram inquietações como: *O tempo que eu teria para aprimorar para desenvolver práticas pedagógicas para melhor atender as necessidades da criança em questão? Por que a “minha criança”, não pode receber um atendimento personalizado, tal qual a criança que vai regularmente para o reforço escolar?*

Na condição de cuidadora escolar, eu sempre estive atenta sobre a questão da integração e inclusão, e sempre que percebia destoar, eu reivindicava, pedia orientação ao professor , de como poderíamos incluí-lo nas atividades da sala de aula, e devo dizer que com a professora titular do segundo ano, depois com a do quarto ano, a partir das nossas conversas sobre as necessidades da criança, conseguimos desenvolver um trabalho maravilhoso, referente ao desenvolvimento cognitivo da criança, claro, respeitando sempre suas limitações, pena que esse alinhamento não aconteceu desde o princípio, e nem em todas as salas de referências que participamos, tivemos um bom retorno.

5 RELAÇÕES INTERPESSOAIS E AFETIVAS: ALGUMAS REFLEXÕES

Mediante a experiência vivida num contexto de cuidadora de uma criança com Síndrome de Down, que se deu num período de 2022 a 2024, posso dizer que sem afeto, atenção e compreensão, nem de longe, é possível firmar algum laço afetivo com a criança.

Digo isto, pois enquanto ouvia-se as falácias sobre o comportamento da criança que

auxiliei, de que era impulsivo e anti social, pude acompanhar as mudanças comportamentais tanto comigo quanto em relação aos colegas acontecendo na medida em que era tratado com afeto, conforme a entonação das nossas falas para com ele, e com o passar do tempo, fui compreendendo que afrontá-lo somente causava um comportamento agressivo.

Foi a partir dessa percepção, que fui cuidando de falar “não” pra ele, de modo sutil, sempre que precisava intervir nos momentos em que ele se desorganizou emocionalmente, eu me colocava diante dele, cuidando para que a nossa estatura se igualasse, e com voz suave, porém firme, pedia para ele olhar nos meus olhos, e assim que conseguia que ele me olhasse, eu fazia uma expressão de tristeza, porque eu sabia que esse era um ponto que chamava muito sua atenção, e explicava toda a situação daquele momento, que ia desde o ato que causou a exaustão, até as consequências que ia causar.

E assim, eu enumerava as pessoas que estava triste naquele momento, dizia o que ele não ia fazer, por exemplo, pegar o brinquedo desejado, pois este na maioria das vezes era o motivo do mesmo se desorganizar, e assim eu prometia recompensá-lo, ou seja, fazia isto porque percebi que ele compreendia muito bem tudo o que eu estava explicando, e assim eu fazia trocas com ele, e sempre dava o brinquedo desejado, após conseguir que o mesmo seguisse ao menos minimamente nossos comandos, tanto da professora quanto os meus.

E dessa forma, diariamente, explicando a criança toda a rotina da sala de aula, explicando sobre porquê não podia bater no colega, pois ele fazia com frequência, o que ele ia deixar de ganhar como consequência, explicava sobre porquê os colegas não queria brincar com ele, enfim, se agi certo, não sei, o fato que toda essa ação, dia após dia, foi-se estruturando uma rotina, onde a criança, passou a não bater nos colegas, aprendeu a esperar, a realizar as tarefas pedagógicas, claro que com o devido auxílio, melhorando plausivelmente sua interação com os colegas e toda a comunidade escolar.

Diante de todo esse relato, posso afirmar, que tudo passou a melhorar, a partir do momento que consegui adentrar no universo de emoções dele, e organizar a nossa rotina de modo a respeitar as suas limitações, de cobrar integração e inclusão para com ele, e o mesmo percebia cada ação, seja positiva ou negativa.

E sempre que se achava em apuros, falo na ambiência escolar, ele me buscava para ajudá-lo a resolver, no decorrer do tempo, conseguimos firmar vínculo afetivo muito forte, o que fortaleceu a auto estima da criança, fazendo com que ele passasse a sozinho resolver seus complexos, que ia desde pedir desculpas quando via que precisava à realizar suas tarefinhas.

E quando era deixado de fora de alguma atividade por acharem que ele não conseguiria acompanhar os colegas, ele mesmo se inseria e mostrava que também era capaz.

Assim, pode-se dizer que não existem limitações, e sim afetividade, empatia, amorosidade, quem cuida precisa atender esses requisitos, para assim conseguir percorrer o percurso árduo junto com a criança, que é a luta diária por inclusão e respeito.

Sabemos que é de fundamental importância sermos capacitados para atuar em qualquer profissão, e na atuação de cuidador não é diferente, no entanto fomos colados para desempenhar esse trabalho, sem passarmos por nenhuma orientação prévia, o que já demonstrou um certo teor de desrespeito tanto com a categoria quanto com o público alvo a ser atendido, que são as crianças com deficiência na escola.

No mínimo deveríamos receber algumas orientações prévias de como deveríamos pautar o nosso trabalho, já que o foco além do cuidado físico é o desenvolvimento da criança, e isso só nos desperta para a necessidade de haver essa preocupação por parte dos equipamentos públicos responsáveis, que deveriam garantir condições de um ambiente de cuidado positivo, inclusivo e adequado.

O ideal seria que tivéssemos apoio emocional e psicológico, bem como treinamento para sabermos lidar com eficácia com os desafios decorrentes da especificidade do público que iremos atender, nos ajudaria até no quesito autocuidado, possibilitando agir com antecedência e prevenção.

Durante a minha atuação de cuidadora eu senti muita falta de suporte, onde na ambiência escolar, os gestores pareciam saber menos que eu, ao ter que lidar com algumas situações envolvendo a criança com Síndrome de Down.

Em relação às formações oferecidas no final de cada mês, inicialmente, remetia que seriam pautadas para a construção de um perfil ou identidade profissional, pois devido ser algo pioneiro nas escolas do município, não se tinha ainda uma base.

Porém ficou muito a desejar, pois a chamada “formação” consistia em reunir todos os cuidadores da rede municipal e juntos expor as dificuldades, os desafios, as intervenções, pediam que apontassem as possíveis soluções, ao meu ver isso nem de longe foi formação, e sim uma coleta de informações para eles, para assim a partir de nossas percepções nortear seus trabalhos mais no sentido de nos cobrar, e nunca de nos ajudar a desempenhar nosso trabalho de forma alinhada por eles.

Os relatos em relação às vivências com a criança, seria uma forma de sabermos nos mediar de alguma forma, sendo que essa linha de trabalho, foi pensada e praticada no período da coordenação da Especialista Sebastiana Moreira de Araújo (Psicóloga), chamada carinhosamente por todos de Tiana, juntamente com Yana (Psicóloga), onde logo após o afastamento das duas profissionais aqui citadas, fomos ficando cada vez mais desassistidos.

Ficamos totalmente sem orientações, ainda que mínimas, não manteve-se nem as formações no formato aqui apresentado, sendo que o que a categoria almejava, era que fossem oferecidas formações informativas voltadas para as deficiências que precisaríamos ter algum conhecimento, para ajudar na questão em lidar e melhor cuidar das crianças.

Falo aos formadores, que deveriam estruturar algo parecido com a rotina disponibilizada aos professores, que diariamente possuem uma orientação de como irão estruturar sua aula.

No sentido, de orientar meu trabalho, enquanto cuidadora, a cada dificuldade eu passei a pesquisar usando o recurso do acesso a internet, sobre o comportamento, como intervir, que estratégias, utilizar. Assim, assisti muitas lives pertinentes à educação inclusiva, e a própria observação do perfil da criança, me ajudou a traçar uma estratégia de trabalho, e a melhor solução foi a busca de conhecimento.

Os impactos na educação e desenvolvimento infantil podem ser percebidos de diversas formas, envolvendo vários fatores, como por exemplo, o apoio familiar, a ambiência escolar e ainda a questão do capacitismo que rotula a criança, e molda um perfil negativo de como são vistas.

Sabemos que a educação especial inclusiva deu um grande salto, porém, ainda é bem palpável as limitações que geram tais dificuldades no ato de promover o desenvolvimento das crianças com deficiência como um todo. Dentre elas pode citar, as dificuldades para se comunicar, dificuldades motoras e a pior de todas o descrédito que são depositadas a elas em questão da crença no desenvolvimento, ou seja, na crença da capacidade de desenvolvimento desse público alvo.

E fazendo o recorte para as crianças com Síndrome de Down, conforme experiências vividas e assistidas, as crianças com Síndrome de Down elas tem um déficit tanto relacionado a questão do ensino, quanto no convívio com os colegas.

Seja por falta de conhecimento das partes envolvidas responsáveis em promover este atendimento personalizado, ou seja por pura ignorância mesmo, de não acreditarem na capacidade dessas crianças.

Outro fator contribuinte são as suas próprias dificuldades motoras, que aumentam o grau de dificuldades em desenvolverem o aprendizado, além dos desafios na comunicação, onde querendo ou não vai refletir e dificultar a comunicação e a interação entre seus colegas.

E para nortear e driblar esses complexos, é de suma importância a criança poder contar sempre com o apoio da escola, família e dos próprios cuidadores, que vem atuando brilhantemente dentro de suas possibilidades, no sentido de integrar, incluir e desenvolver o

processo de aprendizagem dos seus assistidos.

Para melhorar a qualidade de ensino dessas crianças, seria interessante que todas as partes envolvidas abraçassem a causa “inclusão”, a partir dessa adesão, todas as dificuldades serão devidamente amenizadas, elas só precisam de oportunidades e de apoio necessários.

Um dos principais desafios enfrentados na condição de cuidadora escolar foi a falta de orientações e suportes adequados do equipamento escolar, visto que por diversas vezes, algumas das regentes da sala de aula que participamos, não nos dava a devida atenção tão pouco indicava atividades adequadas.

Por isso foi necessário adequar a minha forma de atuar como cuidadora, e por conta própria resolvi adaptar as atividades que eram disponibilizadas, ou criar estratégias também por conta própria para assim desempenhar o meu trabalho e melhor inserir a criança na rotina da sala de aula, para que o impacto da “exclusão” não o afetasse de forma mais perceptível por ele, a meu ver as minhas ações de certa forma, configurava o mascarar a prática do capacitismo alheio. Segundo Cuidador Escolar (2025):

A escola de ensino regular atualmente recebe todos os alunos de inclusão. [...] a inclusão escolar vai além da deficiência, ela engloba o autismo, altas habilidades, distúrbios, transtornos, crianças com todos os tipos de dificuldades emocionais, cognitivas, sociais, e de aprendizagem. Embora seja um público bastante diversificado o da escola atual, ela deve estar preparada para ensinar a todos. Ensinar a todos os alunos é o grande desafio da nossa educação. mesmo com mais de 20 anos da publicação da LDB, a escola ainda está em processo de adaptação. Construir uma escola inclusiva que deve ser paralela a uma sociedade inclusiva, leva tempo, exige esforço e comprometimento, portanto temos um caminho longo a percorrer. (Cuidador Escolar, p. 66)

Digo isso pelo fato da criança ser um participante assíduo da ambiência escolar e apesar disso, o processo de ensino\aprendizado não acontecer de forma integral, visto que nem sempre o seu processo de aprendizagem foi realmente considerado, percebe-se isso claramente, quando suas atividades ditas adaptadas não eram alinhadas de acordo com o conteúdo exposto em sala de aula, era posto para fazer outras coisas a parte, sob a crença de que “ele não consegue”.

Outro fator que também aparece como um grande desafiador na atuação enquanto cuidador, é a exclusão implícita da criança, percebe-se no momento em que a criança está presente na sala de aula, no entanto, “sutilmente” ela é posta para fazer outra atividade paliativa, como irá ser perceptível no relato sobre o relógio humano, em que a cuidadora é orientada a fazer atividades à parte com a criança.

Logo a seguir são apresentados alguns relatos acerca das minhas dificuldades e práticas pedagógicas junto a esse estudante com Síndrome de Down.

6 DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - ROTINA ESCOLAR

DIA 9 de maio de 2024 (Diário de Campo)

Neste referido dia houve aula de Matemática, o assunto estudado foi - medidas de tempo. A professora e os demais alunos/as estavam realizando uma atividade prática, que consistia em formar um relógio humano, no sentido de aguçar a compreensão dos/as estudantes a criança com Síndrome de Down foi excluída dessa ação, e a orientação que recebi foi “Tia procura alguma coisa pra fazer com ele sobre a contagem de horas!”

Frente a essa situação, então apresentei um recurso audiovisual explicativo sobre a contagem das horas, em seguida busquei um relógio confeccionado com EVA que havia na sala de recursos e outros recurso pedagógico (espécie de cubo desmontável que também continha um relógio). Segue abaixo imagens desse momento.



Figura 1 - Aluno cubo desmontável
Arquivo Pessoal



Figura 2- Aluno e Relógio
Arquivo Pessoal

Referente a essa questão, percebo que a criança ainda não consegue verbalizar e situar a questão da hora de forma convencional como todos que reconhecem a contagem das horas fazem, mas ele percebe quando já está na hora de ir para a escola, pois segundo relatos da mãe do mesmo, devido morar muito próximo da escola, ao ouvir o som do ônibus escolar se aproximar, ela entende que está na hora de se dirigir a escola.

No mesmo sentido, já em sala de aula, após realizar algumas atividades acadêmicas e de acordo com a sequência da rotina da sala de aula, compreende quando está na hora de sair para o lanche, assim como todos os dias costuma me perguntar se já está na hora de ir para

casa.

Assim procurei da melhor forma apresentar o conteúdo para a criança, mostrando a indicação dos ponteiros de acordo as horas mais predominantes nas principais atividades diárias do mesmo, como hora de tomar café, quando acordar, em seguida fazer a higiene do corpo etc.

No entanto, apesar de ter realizado toda uma sequência de estudo com a criança sobre o assunto da aula, tendo a concepção de que apesar de haver limitações cognitivas, demonstrou satisfação, ao perceber que estava realizando atividades similares aos da turma.

Contudo, fica o sentimento de impotência, pois enquanto cuidadora deveria estar engajada nos cuidados fisiológicos da criança, bem como auxiliá-los nas atividades direcionadas pela professora, no entanto, percebo que geralmente a referida profissional não sabe bem como proceder, e recorre a me consultar sobre o que deve apresentar para a criança como atividade.

Diante desses acontecimentos, acredito que só se reforça a questão da falsa inclusão, onde a criança está integrada na ambiência escolar, porém não é incluída de fato, principalmente no plano pedagógico, pois se averiguarmos nada conta em relação ao plano de atividades para atender os/as alunos/as com necessidades especiais, e mais uma vez se reforça a importância do cuidador escolar, atuando como agente provedor da inclusão.

De acordo com o relato acima apresentado, percebe-se que a criança referida à certo ponto foi excluída.

DIA 03 de maio de 2024 (Diário de Campo)

No primeiro horário, estávamos em sala de aula e foi todo dedicado para correção das tarefas de casa. A criança com Síndrome de Down, a quem assisto, dedicou-se ao estudo do seu nome, demonstrando interesse e participação, ressaltando que esta ação é promovida por mim cuidadora, no sentido de além de praticar a escrita da criança, ocupar seu tempo enquanto a rotina anteriormente descrita se desdobra, pois, enquanto espera, geralmente fica totalmente desocupado.

Em relação a essa espera anteriormente mencionada, me causa uma grande inquietação, pois não sou orientada pela regente da sala sobre o que fazer para com a criança, no sentido de também integra-la, já que não tem tarefa de casa para a criança mencionada, devido a família nunca fazer com ela, e a escrita diária do nome é uma forma de praticar e promover a memorização, uma vez que a repetição e reforço é uma forma bastante eficaz para alcançar resultados positivos em relação ao desenvolvimento da memorização e confiança dos

mesmos.

No segundo momento, foram propostas atividades de Matemática, abordando o tema dos números e quantidades. Para facilitar o acesso ao conteúdo, utilizei um recurso pedagógico que confeccionei, com a orientação da professora regente, que disponibilizou um vídeo explicativo sobre o processo de confecção.

A criança interagiu positivamente com o material, mostrando entusiasmo e aproveitamento significativo durante a exploração das somas.

Essa estratégia em usar a caixa como recurso concreto e manipulativo é uma forma muito eficaz de promover o aprendizado da criança, em relação a números e operações matemáticas. Segue algumas imagens desse momento.



Figura 3 - Aluno e Caderno
Arquivo Pessoal



Figura 4 - Aluno e atividades
Arquivo Pessoal

DIA 21 de outubro de 2024 (Diário de Campo)

Na aula de Língua Portuguesa, foi trabalhado o estudo da consoante “V”, utilizando a palavra “vaca” como exemplo. A partir dessa palavra, a criança foi incentivada a confeccionar uma representação visual da vaca, por meio de uma pintura.

Enquanto cuidadora, atuei no suporte durante o processo, auxiliando tanto na compreensão da atividade quanto na construção do projeto. Sobre essa atividade, pedi a professora para me dar uma cópia da atividade igual a da criança, com isso eu utilizei o recurso modelagem, de modo que na medida que eu faço, ele repete. Nesse sentido, é preciso entender o lugar do cuidador escolar, que complementa que “não basta disponibilizar à criança objetos para livre exploração e descoberta. É preciso mediar o processo de apropriação, transmitindo os modos sociais de ação com os instrumentos culturais”. (Pasqualini, 2013, p. 87)

Já em matemática, a sequência didática foi focada na apresentação de números e suas

respectivas quantidades, utilizando numerais grandes como apoio visual. Posteriormente, foi introduzido um recurso adicional, composto por cartas numéricas e cubos que indicavam os números a serem trabalhados. A criança também teve a oportunidade de manipular pinos coloridos, que serviam como representação concreta dos números e das operações de soma.

Esse recurso estava disponível na sala de leitura e recursos pedagógicos da escola, eu encontrei, devido todos os dias depois que a professora dispõe as atividades da criança, eu procuro encontrar e utilizar recursos pedagógicos concretos, no sentido de aproximar o máximo possível a compreensão do assunto estudado ao aluno.

Dessa forma, na medida que eu demonstro, ele repete, e assim vai reforçando a aprendizagem, pois já identifiquei que a referida criança, aceita os comandos a partir do momento que demonstro como faz.

Segue abaixo imagens desse momento.



Figura 5 -
Arquivo Pessoal Arquivo Pessoal



Figura 6- Aluno interagindo com material
Arquivo Pessoal



Figura 7- Aluno interagindo com material
Arquivo Pessoal

8 CONCLUSÕES FINAIS

Este trabalho se ancorou na análise dos relatos apresentados e de seus insights no sentido de demonstrar como é possível superar os desafios e promover ações inclusivas através de ações simples mediante as percepções adquiridas diante das dificuldades da criança, por conta da sua condição física ou cognitiva decorrente da deficiência.

A partir da convivência e cuidado no acompanhamento de uma criança com Síndrome de Down no contexto escolar, foi possível compreender que precisamos conhecê-la, perceber suas emoções e saber dosar a mediação, sempre pautada na lógica do afeto e compreensão e paciência.

Exercer a função de cuidadora escolar enquanto cursei pedagogia, foi algo muito gratificante e norteador para ambas as funções, me ajudou na compreensão nas ações atitudinais, e no processo de estágio me ajudou a traçar um perfil de profissional que eu gostaria de ser, me ensinou a filtrar o que eu não gostaria de agregar enquanto pessoa e enquanto profissional, seja atuando como cuidadora ou outra função qualquer.

Diante de todo o exposto é possível perceber que a educação em si enfrenta muitos desafios, principalmente no ato de promover uma educação voltada para a educação infantil e inclusiva, e assim sendo mesmo já havendo algumas melhorias, percebe-se que a falta de formação continuada para cuidadores, professores e gestores tem sido uma das principais barreiras que vem afetando negativamente e impactando no processo de desenvolvimento escolar e social das crianças com deficiência, principalmente as com Síndrome de Down, vejo isso também muito presente na questão do engajamento das campanhas informativas, onde desenvolve-se todo um trabalho de prevenção a exclusão, de orientações sobre como promover o engajamento e desenvolvimento, mas ao que se refere as com Síndrome de Down, eu particularmente percebo uma lacuna muito grande, e um certo grau de desinteresse, não estou considerando um modo geral, apenas refletindo com base no meu lugar de fala, mediante a experiência vivenciada. Pensando nisso seria interessante nos atentarmos para o fato de como a sociedade visualiza a educação inclusiva e como deveria visualizar, assim como as escolas poderiam ser transformadas em espaços de inclusão para além de conceitos e sim na prática.

REFERÊNCIAS

apostila-cuidador-escolar1593725905(1).pdf Disponível em:

<https://www.edunecursos.com.br/storage/files/2020/07/apostila-cuidador-escolar1593725905.pdf> Acesso em: 08 de fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Diário oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, P.1). Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:7937b054-8118-4a67-a47b-beab2111ecab> Acesso em: 10 de nov. 2024.

BATISTA, Josélia Fontenele; PENHA, Maraneir Rogers. *Cuidador de aluno no ambiente escolar: por uma formação ontológica*. Organização: Josélia Fontenele Batista, Maraneir Rogers Penha. 1. Ed. Porto Velho, RO: Ed. das Autoras, 2021. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/354103711_CUIDADOR_DE_ALUNO_NO_AMBIENTE_ESCOLAR_Por_uma_formacao_ontologica Acesso em: 21 jan. 2025.

Dia Internacional da Síndrome de Down: entenda a origem e a importância desta data! Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/programas-projetos-e-acoes/pro-vida/dicas-de-saude/pilulas-de-saude/dia-internacional-da-sindrome-de-down-entenda-a-origem-e-a-importancia-desta-data> Acesso em: 21 jan. 2025.

DINIZ, Margareth. *Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanço e desafios*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. 109 p. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=deficiencia&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=3&ion=0#/legacy/36761>. Acesso em: 25 jan. 2023.

DIVERSA. O que é educação inclusiva? Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/> Acesso: 08 abr. 2025.

DUARTE, Alex; Mesquita, Vitória. Síndrome de Down trissomia do 21: *um guia completo para desfazer mitos sobre a Síndrome de Down*. Canoas: Cromossomo 21, 2022. Disponível em:

<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:4c3e1c23-29b3-4d06-ac1c-2bee843fd0a3>
Acesso em: 12 de nov. de 2024.

IFSC Verifica. *O que é capacitismo e como podemos combatê-lo?* Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/web/ifsc-verifica/w/o-que-e-capacitismo-e-como-podemos-combate-lo>
Acesso em: 21 jan. 2025.

IPECE. Informe. Fortaleza: *Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)*, 2022. Disponível em:
<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:52742f83-323c-434d-927d-f82d5f29b0cb>
Acesso em: 30 de jan. de 2025.

KE, X.; Liu, J. Deficiência intelectual. In: REY, J.M. (Ed). *IACAPAP e-Textbook of Child and Adolescent Mental Health (edição em português; DIAS SILVA,F.,Ed.)*. Genebra: International Association for Child and Adolescent Psychiatry and Allied Professions, 2015. Disponível em:
<https://www.dislexia.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Deficiencia-Intelectual.pdf>. Acesso em: 17 de jan. de 2025.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicélia Gonçalves. *Profissionais de Apoio à inclusão escolar; quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional?* Revista Brasileira de Educação, v. 28, p. e280081, 2023. Disponível em:
<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:5f652ad4-1883-4d75-9008-536cf2f6e454>
Acesso em: 14 de nov. de 2024.

LOSCH, R.; RAMBO, C. A. , FERREIRA, J.de L. *A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação*. Revista Ibero-americana de Estudos em Educação, Araraquara, v.18, n. 00,p.e023141,2023. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17958>. Disponível em:
<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:477c61fd-4e27-49fa-99b0-2b33f89dea3e>
Acesso em: 18 de jan.de 2025.

PASQUALINI, J. C. Periodização do desenvolvimento psíquico à luz da Escola de Vigotski: a teoria Histórico-Cultural do desenvolvimento infantil e suas implicações pedagógicas. In: MARSIGLIA, A. C. G. *Infância e Pedagogia Histórico-Crítica*. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 71-97.

Redenção: Censo Escolar\QEDu: *Use dados. Transforme a educação*. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2311603-redencao/censo-escolar> Acesso em: 29 de mai. de 2024.

SANT'ANA SANTOS, Márcia. *A (in)visibilização do sujeito com Síndrome de Down no mercado de trabalho formal: os mecanismos do poder*. Anais Seminário Interlinhas 2020 - Fábrica de Letras. Disponível em: [gsilva,+ANAIS+SEMINÁRIO+INTERLINHAS+v.+8,+n+1+e+2,+2020-13-23](#). acesso em: 5 jun.2025.

SANTORO, Maria Amélia do Rosario Santoro. *Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito* Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVSPzTq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 21 mar. 2025.

SARAIVA, Erilane Maria Rodrigues; KOTTEL, Annemaria. *Inclusão de crianças com síndrome de Down no contexto escolar*: Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v.23, nº 39, 10 de outubro de 2023. Disponível em <https://educacaopublica, cecierj.edu.br/artigos/23/39/inclusao-de-criancas-com-sindrome-de-down-no-contexto-escolar> Acesso em: 18 nov. de 2024.

SILVA, Maria Cristina da (org.); DUHART, Mônica Fernandes Rodrigues (org.) PEREIRA, Patrícia Carolina de Souza (org.); LIMA, Sílvia Mara Garcia de (colab.); ROCHA, Poliana Moreira Pereira (colab.). *Práticas pedagógicas inclusivas*. 1. Ed. Alfenas: Universidade José do Rosário Vellano, 2019. 1 livro digital. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:d8c556f8-8f44-446b-a4ec-e5153ddddd9b4> Acesso em: 10 de nov. 2024.

SOUSA, André Cristovão; FERNANDES, Julia Maria Fernanda Machado; VIUDES, Mateus Martins; BASTOS, Sérgio Felipe Abreu De Britto; LIMA, Simone Nogueira De; GUTIERREZ, Giuliana Lofredo. *Educação especial inclusiva: teorias, práticas e desafios*. 1.ed.São Paulo: EBPCA – Editora Brasileira de publicação Científica Aluz, 2024.ISBN 978-65-85931. DOI10.51473\Ed.al.eei. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:4fde122b-4450-42e3-b763-c33cfc2fc59> Acesso em: 12 de nov. de 2024.

SILVA ,Gleiciane Liberato; Alcino, Pedro Henrique. *A inclusão dos alunos com deficiências nas escolas públicas de ensino fundamental: o caso do município de Redenção*,2017.

repositorio.unilab.edu.br\jspui\handle\123456789\3236. Disponível em:

<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:9445d573-a689-4546-a98a-fa297e6e334e>

Acesso em: 29 de jan. de 2025.